

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.214.442 - SP (2017/0309104-8)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : TEREOS ACUCAR E ENERGIA BRASIL S.A
ADVOGADOS : EDUARDO LEMOS PRADO DE CARVALHO - SP192989
LAYO SOARES ROLIM DALLA LIBERA - SP313093
AGRAVADO : DORIVAL PERES - ME
ADVOGADO : GALIB JORGE TANNURI - SP024289

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por **TEREOS ACUCAR E ENERGIA BRASIL S.A**, contra decisão que negou seguimento ao recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, visa reformar o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 3.615, e-STJ):

CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - REPRESENTAÇÃO COMERCIAL - RESCISÃO CONTRATUAL - INDENIZAÇÃO - Tendo em vista que o depoimento da testemunha da autora, cujo conteúdo serviu de fundamento para a sentença, não foi corroborado pelas provas documentais em comento, bem como, não se podendo obstar a validade dos contratos em detrimento da nota fiscal que sequer faz menção aos produtos efetivamente comercializados ou às notas fiscais respectivas, não há como manter a sentença proferida.

- Impõe-se a procedência parcial da ação por meio da qual se buscava a consignação dos valores devidos em decorrência da rescisão do contrato de representação comercial, ressaltando-se, contudo, a necessidade de se apurar em sede de liquidação de sentença o valor efetivamente devido no que toca às comissões, bem como a indenização prevista no art. 27, alínea 'j', da Lei nº 4.886/65 RECURSO PROVIDO EM PARTE

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados pelos acórdãos de fls. 3.646-3.649, e-STJ, fls. 3.671-3.675, e-STJ e fls. 3.689-3.691, e-STJ.

Nas razões do especial (fls. 3.694-3.701, e-STJ), a recorrente aponta violação dos arts. 460 e 896, IV e parágrafo único, do CPC/73. Sustenta, em síntese, que o valor reconhecido pelo réu na defesa da ação de consignação é considerado limite da demanda.

Contrarrazões às fls. 3.711-3.721, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fl. 3.708-3.709, e-STJ), negou-se seguimento ao recurso, dando ensejo na interposição do agravo do artigo 1.042, CPC/15 (fls. 3.724-3.731, e-STJ), no qual a agravante pretende a reforma da decisão impugnada.

Contraminuta às fls. 3.740-3.748., e-STJ.

É o relatório.

O recurso **não** merece prosperar.

1. De início, consigne-se que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 do Plenário do Superior Tribunal de Justiça (AgRg no AREsp

849.405/MG, Quarta Turma, Julgado em 5/4/2016).

2. Cinge-se a controvérsia acerca da possibilidade de que na sentença consignatória sejam ultrapassados os limites da demanda, condenando uma parte ao pagamento de valor superior ao requerido.

Conforme o entendimento formado nesta Corte superior, não excede os limites da lide a decisão cujo provimento decorre logicamente do pedido formulado. Assim, *"Não há falar em julgamento extra petita quando o órgão julgador não afronta os limites objetivos da pretensão inicial, tampouco concede providência jurisdicional diversa da requerida, respeitando o princípio da congruência. Ademais, os pedidos formulados devem ser examinados a partir de uma interpretação lógico-sistemática, não podendo o magistrado se esquivar da análise ampla e detida da relação jurídica posta, mesmo porque a obrigatória adstrição do julgador ao pedido expressamente formulado pelo autor pode ser mitigada em observância aos brocardos da mihi factum dabo tibi ius (dá-me os fatos que te darei o direito) e iura novit curia (o juiz é quem conhece o direito)."* (REsp 1605466/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe 28/10/2016).

Nesse sentido, citam-se, ainda: **AgInt no REsp 1523945/BA**, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/12/2016, DJe 19/12/2016; **AgInt nos EDcl no REsp 1055284/RS**, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 09/09/2016; **REsp 1355574/SE**, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe 23/08/2016.

Acerca da questão, assim entendeu o Tribunal *a quo*, *in verbis*:

No tocante aos embargos opostos por Guarani S.A., embora cognoscível a irresignação, inviável o pedido para que conste expressamente da decisão os limites do cálculo a ser realizado em sede de liquidação de sentença. Não há qualquer dúvida de que os valores trazidos na contestação tem aptidão para delimitar objetivamente a controvérsia (art. 460, do CPC), em virtude da natureza bifronte da decisão prolatada - ocorre que o valor (R\$195.796,64) não constituiu limite à demanda.

A verba apontada na contestação (R\$195.796,64) não considerou os encargos incidentes sobre a quantia, tampouco a multa do artigo 27, alínea da Lei n. 4.886, de 1965. Ademais, como consta expressamente do pedido da contestação, o réu não pôde precisar os limites da quantia que entende devida, porque era necessária a juntada do contrato e das notas fiscais ao fornecimento à Refrescos Ipiranga S.A.

Ao contrário do que pretende a autora, não se pode afirmar a limitação da liquidação ao '*quantum*' estabelecido parcialmente na peça de resistência (fl. 72). A leitura da contestação evidencia que a referida quantia corresponde exclusivamente ao percentual das comissões das notas fiscais de fls. 82/103, como evidencia a memória de cálculo de fl. 104. A despeito da previsão do art. 896, parágrafo único, do Código de Processo Civil, a fixação do montante que entende devido era impossível em decorrência da natureza do contrato entre as partes, que permitia a venda direta da autora para terceiros.

Inexigível, portanto, a fixação do montante na peça de resistência, suficiente a indicação dos valores devidos com base na existência incontestada de vendas diretas pela autora. Aqui, o V. Acórdão já consignou o necessário recálculo das comissões, inviável supor a limitação em R\$195.796,64, contrária à decisão dos autos e aos

fundamentos que seguem referentes aos embargos do requerido (Dorival Peres).

Neste propósito, destacável que a pretensão da autora da ação consignatória para delimitação da verba condenatória consiste em verdadeira confissão quanto ao disposto nos embargos da parte adversa. Constatada a omissão quanto as demais notas fiscais, não distinguidas no V. Acórdão, como se verá adiante, pretende a autora a delimitação da responsabilidade, uma vez que os valores fixados lhe parecem convenientes. (fls. 3.647-3.648, e-STJ).

Essencialmente o Tribunal *a quo* fundamentou a decisão na natureza dúplice da ação de consignação em pagamento, que visa a obter a declaração de quitação da dívida.

Efetivamente, não se vislumbra decisão fora dos limites da lide, quando o tribunal concede a tutela jurisdicional pleiteada, apenas com fundamento diverso do apontado pelos insurgentes. Assim, não vislumbro mácula processual no procedimento adotado pelo Tribunal de origem, uma vez que o juiz não está vinculado aos fundamentos jurídicos trazidos pelas partes, podendo apreciar livremente o pedido, fundamentando sua decisão nos dispositivos legais que entender pertinentes ao caso. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - AUSÊNCIA DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL PELA INSTÂNCIA A QUO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INCONFORMISMO DA RÉ. 1. A Corte Estadual dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Não havendo qualquer omissão, contradição, obscuridade ou erro material no aresto recorrido, inócua a ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973. 2. **Nos termos da orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, o pedido deve ser extraído da interpretação lógico-sistemática da petição, a partir da análise de todo o seu conteúdo, e não apenas da rubrica específica. Precedentes.** 3. A subsistência de fundamentos aptos a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula n.º 283/STF. 4. No caso, a recorrente não logrou demonstrar a divergência jurisprudencial nos moldes exigidos pelos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. Isto porque a interposição de recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional reclama o cotejo analítico dos julgados confrontados a fim de restarem demonstradas a similitude fática e a adoção de teses divergentes, máxime quando não configurada a notoriedade do dissídio. 5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1138339/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 03/12/2018). [Grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO MONITÓRIA. FASE EXECUTIVA. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA. PRECEDENTES DESTA CORTE. DESÍDIA DA PARTE EXEQUENTE

RECONHECIDA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. [...] **6. Os pedidos formulados devem ser examinados a partir de uma interpretação lógico-sistemática, não podendo o magistrado se esquivar da análise ampla e detida da relação jurídica posta, mesmo porque a obrigatória adstrição do julgador ao pedido expressamente formulado pelo autor pode ser mitigada em observância aos brocardos da mihi factum dabo tibi ius (dá-me os fatos que te darei o direito) e iura novit curia (o juiz é quem conhece o direito) [REsp nº 1.605.466/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado aos 16/8/2016, DJe de 28/10/2016].** 7. Qualquer outra análise acerca da ocorrência da prescrição, da forma como trazida no recurso especial, seria necessário o revolvimento do arcabouço fático-probatório, procedimento sabidamente aqui inviável diante do óbice da Súmula nº 7 do STJ.[...] 11. Agravo interno não provido, com imposição de multa. (AgInt no AREsp 1159975/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/10/2018, DJe 25/10/2018). [Grifou-se]

Desse modo, uma vez que o provimento judicial decorreu logicamente do pedido, conforme o raciocínio exposto pelo magistrado de origem, não se vislumbra violação ao princípio da congruência.

O acórdão impugnado acompanhou nesse ponto a orientação firmada no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça. Aplica-se, portanto, o óbice enunciado na Súmula 83/STJ: *Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.*

3. Do exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator